

Entre vista & olhares: um pensamento selvagem¹

Conversa com:

Antônio Heliodório Lima Sampaio

Coordenador do PPG-AU/FAUFBA (1987-1988)

Universidade Federal da Bahia

¹ Nota dos Editores (N.E.) — O título e subtítulo desta Conversa foram sugeridos pelo próprio professor Heliodório Sampaio. Esclarece-se também que, ao longo do texto, todas as notas de rodapé que não venham precedidas pelo aviso de que são dos Editores (N.E.), são acréscimos do próprio professor — no mais das vezes, generosamente poéticos e de cunho pessoal.

Antônio Heliodorio Lima Sampaio recebeu em 16 de maio de 2024, por e-mail, as perguntas dos Cadernos PPG-AU/FAUFBA que compõem esta entrevista. Suas respostas encaminhadas, por escrito, em 10 de agosto de 2024, iniciam reconstruindo sua trajetória marcada pela experiência sertaneja, a migração entre cidades baianas e a formação com vivências intensas no interior e na capital. Ele relata como essa origem moldou seu olhar crítico sobre o território, a urbanização e as desigualdades ambientais, inspirando uma leitura “selvagem” e irreduzível da cidade real.

Ele rememora, também, sua formação na FAUFBA das décadas de 1960 e 1970, quando o aprendizado com Diógenes Rebouças, Pasqualino Magnavita, Assis Reis e outros arquitetos foi decisivo para integrá-lo ao mundo do projeto, aproximando teoria e prática. Destaca, além disso, os marcos de sua formação pós-graduada na USP e na UnB, onde viveu um ambiente pedagógico e urbano decisivo para compreender Brasília como laboratório vivo e para aprofundar debates sobre método, planejamento e leitura da cidade. Do Plano Diretor de Itapetinga aos estudos de clima urbano em Salvador, ele diz ter construído uma trajetória ancorada na análise empírica, na interdisciplinaridade e na relação entre geografia, arquitetura e urbanismo.

Da criação do PPG-AU/FAUFBA, recorda os enormes desafios das primeiras turmas — ausência de bibliografia, quadro docente reduzido, poucas bolsas, estrutura improvisada — e a construção coletiva que consolidou o programa como referência nacional. Evoca a importância dos CEPUR's e CECRE's, das colaborações com o Instituto de Geociências, a Economia e outras unidades da UFBA, e das articulações nacionais que romperam a hegemonia sul-sudeste na pós-graduação da área.

Crítica, contudo, a posterior diluição de disciplinas estruturantes (Teorias Urbanísticas, Desenho Urbano, Ateliê) e a expansão pouco integrada das linhas e grupos de pesquisa, alertando para riscos de dispersão, produtivismo e afastamento da prática projetual. Reafirma, nessa direção, que Arquitetura e Urbanismo exigem domínio teórico-metodológico, mas também responsabilidade técnica, entendimento do espaço-tempo e capacidade de formular propostas.

Por fim, compartilha inquietações contemporâneas: o esvaziamento de debates estruturais, a fragilidade das políticas públicas, a necessidade de pesquisas empíricas sobre temas ambientais e urbanos e a urgência de retomar a articulação entre teoria e prática. Finaliza a conversa falando de seus laços afetivos com o PPG-AU e defendendo que o programa preserve o rigor, a crítica e o compromisso com os territórios.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Vamos começar falando um pouco você. Poderia se apresentar?

Antônio Heliodório Sampaio: Um sertanejo-raiz, descendente de matriz indígena (bisavó, índia nativa) e portuguesa (bisavô, descendente luso), típico mestiço: mameluco ou “caboclo”. Nascido em Piritiba, na Bahia, sopé da Chapada Diamantina, no semiárido nordestino — Bioma da Caatinga —, interiorano do sertão, fruto da miscigenação cultural estudada por Darcy Ribeiro (1995). Alguém que não sendo mais índio, carrega traços biológicos dos povos *originários*, provavelmente dos Payayás,² sem se encaixar na classificação oficial: branco, negro, amarelo, pardo ou indígena. Aliás, o Brasil Sertanejo e seus personagens continua um assunto pouco estudado pelos pesquisadores da formação cultural do Brasil. A sensação de sermos enquadrados pela cor da pele como “pardo” diz pouco, quase nada, sendo mais forte a ideia de pertencer aos “lugares” vividos no vasto território do sertão baiano, um ambiente diversificado com suas gentes e contadores de causos.

Em 1949, aos 5 anos, nossa família migrou para Itambé, Bahia, fugindo da seca e buscando outros ares (ali fizemos o 1º grau). Itambé significa “pedra afiada”, cidade pequena situada entre Vitória da Conquista (onde fizemos o 2º grau) e Itapetinga, inserida no bioma de mata-atlântica, no encontro dos Rios Verruga e Pardo. Um território de solo fértil — em degradação —, de clima quente úmido, chuvoso, no qual a cultura da pecuária predominava e ainda é forte, além da riqueza mineral no subsolo. Hoje, a região se mostra desnuda pela devastação das florestas, por conta da extração da madeira de lei, restando poucos vestígios da mata atlântica original. Os solos lixiviados e os rios assoreados estão em decadência, sendo visível a redução de águas e da piscosidade, num “clima em mutação com tendência a secura”, analisado no 1º Plano Diretor de Itapetinga (FAUFBA, 1972), feito por Convênio PMI/FAUFBA, nos anos 70 do século XX, que coordenamos.

O desastrado “desenvolvimento regional” aconteceu e acontece no campo e na urbanização predadora, transformando o ambiente geoecológico através da devastação sistemática da “natureza primeira” (diria Milton Santos). As ruas que alagavam e os transtornos nas baixadas lindeiras aos rios continuam pondo em risco trechos da cidade nas grandes cheias, recebendo os esgotos nos cursos d’água usados como receptores

² Até onde apuramos, os Payayás predominavam na região. Foram estes mesmos índios que lutaram bravamente contra a ocupação portuguesa e de seus descendentes.

da matéria bruta, *in natura*. Somos o testemunho vivo desta ocupação urbana insensata, morando em cidades pequenas, médias e grandes (Piritiba, Itambé, Conquista, Salvador, Brasília, São Paulo etc.), num longo percurso, vivendo/lendo as histórias das cidades-lugares citados, cujos *espaços vividos* e *percebidos* condicionam nossa formação acadêmica. Nossa visão de mundo é vincada na *teoria crítica* da realidade, e no que entendemos dela. Um olhar acurado da prática passa pela análise de Planos e Projetos das cidades, avaliando-os em diferentes épocas e nos *espaços concebidos* por nós, arquitetos, urbanistas e planejadores, contrapostos à produção dos não arquitetos. Ao ancorar essa resposta na tríade conceitual de Lefebvre (2006), dentre outros autores de cabeceira, significa tentar ir além da mera rejeição ideológica ao *colonialismo cultural* vigente, posto no discurso de muitas dissertações, teses e Planos e Projetos lidos, que replicam frases e paradigmas de teorias próprias do mundo cosmopolita, que ecoam sem filtros nas Academias distantes do sertão.

Nômade em pensamento, palavra e obra, vivemos em diferentes territórios, estudando outros tantos, cuja imersão espacial transcende o olhar efêmero do *flâneur*, ou *turista-deslumbrado*, buscando “novidades” descompromissadas. Aprendemos a filtrar os ventos do além-mar quando o DNA do índio-adormecido aflorou, olhando as cidades e seu entorno, nem sempre rural — cada vez mais urbanizado —, ou melhor, lendo *espaços adaptados*, fragmentados, em ambientes multifacetados construído por grupos distintos. São assentamentos habitados por pessoas condicionadas por interesses materiais e valores culturais próprios, moldados num contexto histórico-geográfico embaçado pela percepção individual imersa em ideais conflitantes. A literatura urbanística, em geral, tangencia os lugares opacos, de pouco brilho, passando ao largo dos espaços do sertão e suas veredas registrados na poética de Guimarães Rosa (1979) e Euclides da Cunha (2012). Espaços onde muitas pessoas humildes sobrevivem, sem desfrutar dos avanços técnicos da modernidade, embora possuam “cultura” resiliente, forte, baseada na resistência e na adaptação às dificuldades.

Então, as respostas afloram num *pensamento selvagem*,³ de resistência ao modismo de qualquer jaez, sem confundir a “novidade” discursiva — velha e requeitada — com o “paradigma” ou “verdade insofismável”, a servir de guia. O *selvagem-adormecido* foi atirado pela vida acadêmica pois, sem ela, talvez fôssemos apenas mais um profissional submisso ao mercado formal (público e privado) e às mazelas próprias do *capitalismo*

³ Pensamento selvagem no sentido (freudiano) de algo difuso ou pouco domesticado (por nós), absorvido na vivência e cruzada com vários autores — nem sempre citados, mas presentes.

tardio, que lembra um “gato de sete fôlegos”, sobrevivendo a cada crise a contrapelo da racionalidade, do conhecimento e da sabedoria humana disponíveis.

Do ponto de vista individual, existe algo similar à resposta de Lesley Lokko, em uma entrevista a uma pesquisadora do nosso campo:

Quando se tem múltiplas experiências, de ser múltiplas pessoas em locais diferentes, acabamos por ser como que um tecido bastante complexo. Mas, curiosamente, também, sabemos que não devemos levar isto a sério. Portanto, de certa forma, é para mim também uma proteção. Eu compreendo que as reações que recebo das pessoas nem sempre são pessoais, têm a ver com os estereótipos, ou seja lá o que for. (...) O truque é ficar distante o suficiente da situação, para que se possa olhar com objetividade, mas é preciso ser-se autêntico sobre isso (LOKKO; VERÍSSIMO, 2022, p. 38).

Vindo do interior, aprendemos a abrir picadas na mata fechada do conhecimento já produzido, dentro e fora da Academia (por onde piso), desviando sem rejeitar as pessoas que pensam diferente, mas as alertando da existência de um mundo paralelo, retórico, bem distante do espaço-de-vida sertanejo. A ideia de pertencimento ao teatro mundano sertanejo está mais próxima da comédia social do *Auto da Compadecida* (Suassuna) do que da tragédia do príncipe *Hamlet* (Shakespeare).⁴

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Pode nos falar um pouco de sua experiência acadêmica e profissional e sua formação?

Antônio Heliodório Sampaio: A experiência acadêmica resulta de um processo longo, fruto de grandes mudanças na vida, perfazendo 57 anos de estrada como arquiteto e docente.⁵ Primeiro, atuando no campo do arquiteto de projeto em arquitetura, depois migrando, paulatinamente, para o campo do urbanismo, do planejamento e do ensino superior, em atividades exercidas na esfera pública. Antes fomos desenhista de projetos em escritórios de arquitetos, trabalhando para aprender e sobreviver; alojado em pensões insalubres, sem conforto e com alimentação precária, imerso na perseverança do sertanejo enfrentando as dificuldades rindo, gozando dos “caras-pálidas”, jogando bola (futebol) e farreando muito, sem lamúrias ou rancor. Como arquiteto de empresa privada, bem remunerado na época, nem por isso viramos um lacaios do mercado. O

⁴ O mundo sertanejo é fartamente ilustrado na obra de Ariano Suassuna, um intelectual de escol.

⁵ Costumo dizer: minha formação urbanística se dá na pós-graduação. Essa ideia de graduar um “Arquiteto e Urbanista”, em 5 anos, é um equívoco corporativo, pois os currículos em vigor não cobrem as duas áreas de conhecimento satisfatoriamente. É questão mal resolvida, no Brasil.

acaso e a intuição foram aliados na trajetória estudantil, até descobrirmos na arquitetura uma profissão (ao vir para Salvador, nos anos 60) e encontrar pelo caminho arquitetos (professores da FAUFBA) que viram no jovem estudante comprometido, atuante, e combativo na política-estudantil,⁶ alguém merecedor de apoio.

Destacamos Diógenes Rebouças e Pasqualino Magnavita, mestres e pessoas diferentes em quase tudo, a quem devemos gratidão, incentivadores nos primeiros passos como arquiteto dedicado ao projeto, ao plano e depois na docência (Auxiliar de Ensino). Quando estudante nunca pensamos em ser professor, mas trabalhando com ambos aprendemos muito sobre o ofício do projeto em arquitetura, no exercício prático para além das pranchetas da FAUFBA. Com Diógenes participamos de grandes projetos, a exemplo da SIBRA (no CIA) e da ampliação da Fonte Nova (demolida), dentre outros trabalhos, descobrindo nexos entre arquitetura, cidade e a urbanística; com Pasqualino, em alguns Concursos Públicos. Outros arquitetos foram marcantes no ato de projetar — Assis Reis, Yoshira Katsuki, Chango Cordiviola — atuando episodicamente, numa aprendizagem absorvida por osmose. Nas idas a São Paulo, costumava visitar escritórios: Artigas, Joaquim Guedes, Rosa Kliass etc., vendo projetos e perguntando muito. A prática sempre fustigou a nossa formação teórica, daí a insistência em destrinchar a lógica entre saber-fazer-ensinar, ou seja, do “aprender fazendo”. A rigor, ninguém aprende o que não quer, muito menos ensina/comunica o que não sabe.⁷ A premissa é a de que ninguém ensina o ato de projetar, planejar ou mesmo criar alguma coisa. O ensino-aprendizagem é um processo de múltiplas entradas, o professor-orientador é o guia, aponta caminhos, teorias e métodos, para o aluno praticar-pensar-criticar.

Do ponto de vista da História, os professores ligados à área, como Américo Simas, Mário Mendonça e Paulo Ormino — cada um ao seu modo —, nos despertaram para as disputas entre arquiteturas antigas e modernas: no projeto e pré-existências. Na área técnica, os professores Luiz Valente e Hernani Sobral, sobre física aplicada e resistência dos materiais na Arquitetura. A pós-graduação cobrirá lacunas da graduação, em temas trabalhados na cidade do Salvador — estudos de caso —, tanto no mestrado em Geografia (FFLCH-USP) quanto no doutorado em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). Cursos autofinanciados, sem bolsa, pois fomos apenas liberados de dar aulas na FAUFBA

⁶ Atuamos na política estudantil sem vínculo a qualquer partido político, em que pese os convites dos colegas militantes de esquerda. Se filiado, seríamos logo desligados, pois o convívio com lideranças mostrava um dogmatismo avesso ao exercício de autocrítica sobre as ações.

⁷ Essa ideia não é método, se aproxima do “construtivismo” em educação. Para melhor entendimento, ver Rosa (1994).

(poucos semestres) para cursar disciplinas em períodos intensivos. Algumas disciplinas optativas foram feitas na UFBA (Economia, Comunicação, FFCH). Nos anos 60 e 70, sair para cursar pós-graduação era algo pouco incentivado na UFBA.⁸ Ao iniciar o mestrado tínhamos alguma experiência docente e profissional, resultando num exercício mais proveitoso, quando comparado às seleções para pós-graduação, hoje.

Na pós-graduação, contornamos o mero exercício livresco, emendando graduação-mestrado-doutorado em anos contínuos, naquela linha de estudos para acelerar a obtenção de títulos, correndo o risco de resvalar para um “eruditismo” de pouca serventia profissional — incluindo a docência, claro. Sugerimos a quem se interessar pelo tema ler Felipe Figueira (2018), no seu livro *Nietzsche e o Eruditismo*. Ali, é possível desvelar o *indivíduo teórico*, um personagem reduzido a uma espécie de *eunuco* (termo nosso) que guarda informação, podendo escrever muito, para gozo próprio e para cumprir os ritos da Academia, ou mesmo pelo desejo de obter erudição sem potencializar a vida prática. Urge revisitar Nietzsche, pensador clássico, pouco lido por nós, arquitetos.

Nossa formação talvez possa ser resumida assim: “O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes” (Cora Coralina). Os poetas e as poetisas nos encantam por conseguirem dizer muito em poucas palavras, reforçando as leituras em textos de autores clássicos e as coisas vividas.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Poderia destacar eventos, projetos ou experiências que entende terem sido determinantes a sua formação e sua atuação acadêmicas?

Antônio Heliodório Sampaio: Entendemos que a experiência do Plano Diretor de Itapetinga, no Convênio entre a Prefeitura Municipal e a FAUFBA (extensão pioneira, nos anos 70), envolvendo colegas de outras áreas da UFBA (Geografia, Economia, Saúde etc.), foi um ponto de inflexão para voos interdisciplinares. Dali, resulta o convite para ensinar arquitetura na UnB, pois a experiência de Itapetinga, envolvendo professores e alunos (Ateliê V e VI da FAUFBA), inclusive de outras unidades da UFBA, alavancaram o jovem arquiteto para outro patamar. O ambiente da UnB foi enriquecedor: num quadro de professores oriundos de vários estados, pesquisadores visitantes estrangeiros (Nuno Por-

⁸ Fomos instados a voltar antes de concluir o mestrado e devolver a bolsa da Capes, sob pena de perder o cargo de professor concursado da FAUFBA. Era o clima da época, um horror! No doutorado, foi negada a bolsa CNPq-USP, porque professor de IFES devia ter bolsa da Capes, também negada: por estar a menos de 15 anos do direito à aposentadoria. Desconsideraram o fato de sermos do quadro fixo do PPG-AU e consultor *ad hoc* CNPq/Capes.

tas, Ma. Valente Pereira, David Gosling etc.) e também de outras universidades brasileiras, como USP, UFRJ, UFRGS. Ou seja, um novo curso, outras visões de mundo e de ensino que, na época, experimentava limites e possibilidades em procedimentos teórico-metodológicos debatidos no ensino para o profissional-arquiteto. Já se exigia o trabalho final de graduação (TFG), atividade em que trabalhamos, na equipe que coordenava os Seminários dirigidos aos formandos (além dos orientadores individuais).⁹

Na curta e intensa estadia na UnB, para além do curso de Arquitetura, outras atividades foram cruciais na nossa formação: 1ª. Curso de Formação Pedagógica no Ensino Superior (Faculdade de Educação/UnB); 2ª. Curso de Uso e Ocupação do Solo promovido pelo Sherfau/BNH (como ouvinte),¹⁰ com docentes da COPPE-UFRJ e FAU-USP; e 3ª. Viver numa *cidade-nova*, concebida por Lúcio Costa, morando na paradigmática Superquadra SQS-108 (Bloco A), projetada por Niemeyer. Falar de Brasília sem morar, soa tangencial: o espaço percebido pelo arquiteto-morador se depara com as muitas críticas ao projeto de *cidade* do Lúcio Costa. O morar permite olhar, por dentro, um espaço urbano inusitado, por ângulos que os teóricos nunca conseguem incorporar em suas críticas, muitas delas superficiais e, não raro, injustas.

Da vivência extraímos que Brasília jamais poderia ter sido um *espaço-concebido* sob a ótica de uma reprodução da “cidade brasileira”, de morfologia tradicional, herdada do período colonial, ou da lógica baseada em loteamentos ao sabor do mercado. Ora, o edital do Concurso deveria contemplar a previsão de favelas e/ou ocupações improvisadas por *atos de vontade*¹¹ do poder econômico ou político?

A chamada “cidade brasileira”, na época — reproduzida nas cidades satélites —, talvez fosse apenas uma ideia vaga, pouco estudada pelos desafetos da cultura modernista e dos paradigmas de então (anos 50), ainda sob os ventos otimistas do pós-guerra. Sem planejamento regional, Brasília sempre foi um desejo político, deflagrado num enfoque típico na vertente do *Urban Design*, de “Projeto Urbano” descolado de uma política de “cidades novas”, como a da Inglaterra e de outros países europeus no pós-guerra. Basta ver o Concurso para a nova capital, os projetos premiados e as contradições inerentes ao processo, na lavra de Milton Braga (2010), e por M. Ferreira e Matheus Gorovitz (2009). Cumpre repetir Lúcio Costa: “o conceito de ‘superquadra’ como extensão residencial,

⁹ Foi quando conhecemos Lelé, convidado num Seminário de TFG sobre *pré-fabricação e projeto*. Dali, continuamos uma amizade respeitosa que se prolongou na sua estada em Salvador.

¹⁰ Um Curso de Aperfeiçoamento, fechado, voltado para técnicos do Sherfau/BNH. Como conhecia alguns docentes da USP e da UFRJ, fui aceito como ouvinte (sem titulação).

¹¹ *Ato de vontade* significa decisão oportunista, fruto do desejo do gestor, sem planejamento.

aberta ao público, em contraposição ao de 'condomínio' como área fechada e privativa foi inovador e revelou-se válido e civilizado" (op. cit. nota 18). Vivemos isso, a ponto de, no Ateliê de Projeto, trabalharmos com os alunos outras alternativas tipo-morfológicas para as Superquadras (da UnB na Asa Norte), experimentando arranjos espaciais e introduzindo componentes da cidade tradicional, como "ruas internas, praças de convívio, pequeno comércio/serviços, creches" etc., numa outra configuração que não pertencia à linguagem "corbusiana" do prédio sobre pilotis vazados. Apareciam soluções muito criativas, que desmontam a ideia de Superquadra apenas na vertente modernista. Tudo se iniciava com uma análise da situação real, entrevistas com moradores, visitas de campo, levantamento dos parâmetros urbanísticos e das normas. Costumamos chamar "projetos de especulação", ou *metaprojetos* teorizados por Nuno Portas (1969: 15-55), no capítulo sobre *Método e Projeto*. Tudo se inicia pela crítica ao existente, estimulando a imaginação do estudante e do professor-orientador, podendo ser uma Superquadra, uma favela, um conjunto habitacional ou um equipamento social.

Brasília, ao sair do papel, passa a ser uma cidade-real e, portanto, deixa de ser a utopia europeia, ou a xerox da Carta de Atenas, naquela visão crítica mais disseminada. A cidade ideal moderna, vista num processo histórico alongado, antecede os anos 50 do século. XX e, ao ser readaptada no traço peculiar do Lúcio Costa, vai além da "vertente progressista" (F. Choay). Essa é uma hipótese provocativa, que gostaríamos de debater no PPG-AU, na FAUFBA. Outra coisa é a especulação imobiliária, o uso/abuso na apropriação dos espaços, que seguem uma lógica contrária ou sequer pensada no Plano Piloto — uma discussão ainda pertinente, hoje. Vimos na tevê uma proposta de mudanças nas regras de uso e ocupação do solo, na área do Plano Piloto, sítio tombado, reconhecido como "Patrimônio da Humanidade" pela Unesco. Será que a apropriação dos espaços livres e verdes pelo capital imobiliário, em Brasília, vai prosperar? Tudo pode acontecer no Brasil neoliberal. Aliás, algo instituído e legislado em Salvador, resultando na verticalização abusiva e no uso indiscriminado dos conceitos de "solo criado", "transferência do direito de construir" e "outorga onerosa", previstos no Estatuto da Cidade. Instrumentos usados de modo vil nos PDDU's (do século XXI), em zoneamentos piorados a cada versão (SAMPAIO, 2015, p. 337-392).

Uma pesquisa recente feita pelo IPS (2024) enquadra Brasília como a capital de melhor "qualidade de vida" no Brasil, centrada nos aspectos socioambientais, sem considerar determinante o estágio de desenvolvimento econômico e a renda per capita das pessoas. São levados em conta três fatores: a) necessidades humanas básicas (cuidados médicos básicos, saneamento, moradia e segurança pessoal); b) fundamentos do bem-

estar (acesso a conhecimento, informação, saúde e qualidade do meio ambiente); c) oportunidades (direitos individuais, inclusão social e acesso à educação superior). São questões centrais em qualquer assentamento humano, a serem vistas em estudos mais acurados na pós-graduação, sobretudo levando em conta as propostas feitas por nós, arquitetos e urbanistas, nos Planos e Projetos para as cidades, incluindo outras escalas: bairros populares, favelas, ZEIS etc.

Brasília desvela que a utopia moderna — ou modernista (como preferimos) — foi e é incapaz de controlar a lógica capitalista na cidade real, submetida a interesses de uma sociedade composta por classes sociais distantes umas das outras, imersa num ideário forjado no desejo de repetir o “mundo civilizado” do além-mar. Mesmo quando todo o solo é propriedade pública, caso de Brasília, numa ocupação supostamente controlada, ao virar mercadoria se submete às amarras estruturais da economia imobiliária e sua lógica perversa no acesso à terra. Neste quesito, a cidade real nunca se curvou ou se curva à excelência do traço no desenho urbano, em qualquer época, ontem, hoje e sempre. Assim, o acesso a uma moradia decente — pelos pobres — continua sendo questão política mal resolvida, em Brasília ou em qualquer cidade brasileira. Nem mesmo o Estatuto da Cidade e programas do tipo “Minha Casa Minha Vida” resolvem entraves estruturais: políticos e econômicos. As leis, quando olhadas na vertente do Direito à Cidade, se diluem na realidade carente de ações efetivas, contundentes, a exemplo da luta pelas Reformas, a Urbana e a Agrária, simultâneas e imbricadas. São fatos.

Brasília, para nós da UnB, era o “laboratório vivo” cotidiano, um espaço de vida ímpar, fora do alcance do olhar efêmero do visitante, ou de autores que falam sobre a cidade sem vivê-la intensamente. Para o observador-morador, o *espaço-tempo* é relacional, se dá a partir da moradia e pelo contato direto em sala de aula nos trabalhos de campo, feitos em projetos discentes, na cidade-real. Assim, para o habitante/usuário/professor, tudo vira campo de “observação participante” contínua, num procedimento imersivo do pesquisador-observador na realidade vivida. Vivência que não se resume ao Plano Piloto e às suas asas, pois no entorno próximo estão as cidades-satélites, que também eram e são objetos de estudo/observação na UnB. Ao sair do papel, Brasília continua sendo uma cidade singular, submissa às contradições e mazelas da falta de planejamento urbano-regional no país. Desse convívio, aflora uma temática que nos move: a diferença teórico-metodológica entre Plano e Projeto, e as tensões históricas que distinguem/aproximam as áreas de Arquitetura, Urbanismo e Planejamento. Uma questão teórica, conceitual e prática, pouco aprofundada entre nós.

Essa reflexão tenta mostrar que inexistente uma fórmula universal de olhar/viver uma cidade, sejam Brasília, São Paulo, Salvador ou a pequena Piritiba (onde nasci). Na cidade real, o espaço concreto é um ambiente percebido de vários modos, contribuindo para uma *apreensão técnica* ampliada, superando a visão dicotômica entre especialista, morador e visitante. As diferenças entre a *percepção do morador* e uma *apreensão técnica* do espaço, bem como entre o *espaço-urbano* e um *espaço-urbanístico*,¹² advêm de conceitos da prática no processo de ensino-aprendizagem. No mínimo, estudamos muito por lá, ao ponto de voltar para Salvador com a monografia esboçada para concorrer ao cargo de Professor Assistente na FAUFBA, cujo título enfeixa nossa trajetória até então: *Cidade — Anotações da Teoria e da Prática* (1974).

Por Brasília não ser uma cidade tão dispersiva quanto Salvador, o fato de trabalhar por lá foi estimulante, num ambiente de calma e tranquilidade, desde morar na SQS-108 e trabalhar no *minhocão da UnB*, convivendo com estrangeiros e brasileiros de outros estados, em tempo integral, numa experiência marcante. Outro momento a destacar foi o mestrado em Geografia na USP, complementar na formação do arquiteto centrado no estudo da cidade real, vista como espaço construído/apropriado e não apenas um objeto de pesquisa teórica, bibliográfica. O olhar da Geografia sobre o meio ambiente — incluído no próprio conceito de “espaço” — deu mais consistência à visão do arquiteto, ampliando a compreensão entre teoria, método e procedimentos metodológicos na leitura do processo de urbanização, considerando os nexos entre sociedade e natureza. Na Geografia, inexistente a separação rígida entre geografia/história e os processos urbanos e, no mestrado, fomos orientados a ler o espaço-tempo elegendo categorias de análise e suas variáveis, de modo articulado. Os procedimentos operacionais na *análise espacial*, servem tanto na elaboração de monografias acadêmicas quanto para elaborar um Plano Diretor de Cidade. Na pesquisa, tínhamos um orientador dedicado à questão teórica e à “escolha do método” em pesquisa geográfica, correlacionando espaço-tempo: o professor Carlos Augusto Monteiro (FFCHLH-USP), geógrafo experiente, indicado pelos colegas do Instituto de Geociências da UFBA. Pesquisamos uso do solo e ilhas de calor no ambiente urbano, na cidade de Salvador (SAMPAIO, 1981).

Entre o mestrado e o doutorado, tivemos a oportunidade de ajudar a conceber/montar o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador (PLANDURB), quando se

¹² Significa que a mera *percepção* difere de uma *apreensão técnica*. Já o *espaço urbanístico* está contido no *espaço urbano* (mais amplo), imbricados, sem serem sinônimos. A área de expansão (desocupada) é *espaço urbano* virtual/legal, sem constituir um *espaço urbanístico*, construído. Na *Urbanologia* é comum serem tratados como equivalentes. Essa ambiguidade é um equívoco conceitual com suas implicações teóricas e práticas, no Plano e no Projeto.

elaborou um trabalho de planejamento urbano na Prefeitura de Salvador, no Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN), num Convênio PMS/ISP/UFBA. A experiência, entre os anos de 1976 a 1980, possibilitou colocar em prática contribuições debatidas nos órgãos de classe e na academia, considerando:

- a) internalizar na Prefeitura a elaboração do PDDU na vertente interdisciplinar, retomando um processo suspenso, desde a extinção do EPUCS (em 1952);
- b) envolver a UFBA nos estudos básicos, envolvendo professores do IGEO (meio físico territorial), Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia - CEAB (história/evolução urbana), Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH (estudos demográficos) etc., fortalecendo grupos de pesquisa na UFBA;
- c) incorporar técnicos da Prefeitura à equipe básica do PDDU, de modo que o assessoramento externo (escritórios locais) fosse limitado a tarefas específicas. Cabia à equipe de coordenação local conduzir todo o processo.¹³

No doutorado voltamos a estudar o Urbanismo de Salvador, na perspectiva histórico-crítica, sobre a forma urbana e o planejamento praticado entre nós (SAMPALIO, 1999; 2015). Foi quando tivemos outro orientador excepcional, o professor Philip Gunn, pesquisador de escol, um urbanista irlandês — apresentado por Ana Fernandes —, que, numa grata surpresa, tinha conhecimento vasto do Brasil e de autores voltados para o processo de urbanização/desenvolvimento nordestino, essenciais na tese. Na caminhada, entre mestrado e doutorado, passamos a distinguir melhor as etapas: da pesquisa e daquela etapa de redação na dissertação ou tese. Já sabendo distinguir melhor os procedimentos quantitativos e qualitativos, bem como aferir limitações/ajustes de ambos, a partir do objeto de estudo. Os métodos possuem vantagens e limitações: epistemológicas, procedimentais, operativas etc.

O livro *Formas Urbanas: Cidade Real e Cidade Ideal* (1999; 2015) resulta dessa trajetória entre UFBA, UnB e USP. Na 2ª edição, o *Post Scriptum* agrega um ensaio: “A era do não-planejamento, na cidade do PDDU mutante” (op. cit, p. 337-392), com lupa apontada para Salvador. Ali, sem pessimismo, somos céticos diante do agachamento dos agentes públicos e privados às coisas do curto prazo, do pragmatismo inconsequente, cevados na ânsia de alcançar “sucesso fácil”, rápido, ao invés do prestígio consistente, lento, a

¹³ O PLANDURB representou avanços em resposta às críticas ao Sherfau/BNH, que financiava empresas de consultoria para fazer Planos Diretores, sem internalizar o processo de planejamento nas Prefeituras. Algo repetido hoje, mesmo após se criar o Ministério das Cidades, o Estatuto da Cidade, o CONCIDADES etc., que se omitem de questão posta (anos 70), num claro retrocesso.

ser perseguido. Aliás, no Brasil, o *pragmatismo* e a *descontinuidade administrativa* deviam ser olhados com mais rigor na academia, sobretudo na produção de conhecimento sobre nossas cidades, incluindo a autocrítica sobre os espaços dos *campi* na UFBA. Aos reitores que tivemos acesso, repetimos: “a UFBA tem o dever de praticar uma Medicina, uma Arquitetura, uma Engenharia etc., da melhor qualidade, considerando nossa expertise”. Assim, com altivez, é que devemos atuar no mundo, incluindo o nosso espaço-de-vida, incluindo a UFBA e seus espaços.¹⁴

Pablo Neruda, na sua sabedoria, cravou: “você é livre em suas escolhas, mas será prisioneiro das consequências”. Então, somos fruto de escolhas feitas, nas quais o destino nunca está predefinido ou determinado pelo além, pois podemos mudar de rumo durante a labuta: perseguindo trajetórias nem sempre conhecidas, mas desejadas no dia a dia. A pressa, no acelerado mundo contemporâneo, não só adoece pessoas, mantendo-as, mas também alcança as instituições, enfraquecendo-as no seu mister.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Qual era o cenário da pós-graduação em arquitetura e urbanismo, no Brasil, na época em que você foi coordenador do PPG-AU/FAUFBA?

Antônio Heliodório Sampaio: No Brasil, só existiam os cursos da UFRJ–COPPE (Planejamento Urbano), o da USP e o da UFRGS. É fato que fomos pioneiros no Nordeste, ao lado da FAU/UFPE (Pernambuco). Isso, em parte, quebrou a hegemonia do Sul na pós-graduação, em nossa área de conhecimento. Foram importantes as andanças citadas e os contatos em nível nacional, desde os cursos *lato sensu* (CEPUR's e CECRE's),¹⁵ cooperando professores/pesquisadores para disciplinas que não tínhamos pessoal pós-graduado, e reforçando outras que careciam de pessoal em tópicos específicos. A pós-graduação *stricto sensu* entre nós, nordestinos, era incipiente ou inexistente, se comparada ao eixo sul do país, e isso gerava a desconfiança local — por parte de alguns — quanto ao êxito de uma empreitada desafiadora, utópica. Reação compreensível, pois o pessimismo advinha das dificuldades para se romper barreiras, como: falta de quadro docente, espaço físico inadequado, biblioteca insuficiente, inexistência de bolsas para discentes/docentes em tempo integral etc.

¹⁴ A altivez tem um custo: nos torna inconvenientes para quem não exercita a autocrítica.

¹⁵ N.E. — Em 1983, o então Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (MAU) da UFBA foi estruturado com duas Áreas de Concentração — Urbanismo (antes, Desenho Urbano) e Conservação e Restauro. Essa configuração teve como base dois cursos de especialização: o CEPUR — Curso de Planejamento Urbano e Regional (1973–1979) — e o CECRE — Curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (desde 1981). Com a implantação do Doutorado, em 1999, o MAU torna-se PPG-AU. Do CECRE, derivou um Mestrado Profissional (MP-CECRE), em 2009.

Para alguns, a FAUFBA deveria primeiro pensar na melhoria da graduação, sem perceber que inexistia boa graduação sem pós-graduação, pesquisa e extensão. Aliás, uma observação feita por Milton Santos, quanto às resistências, na época, ao projeto do mestrado, numa visita à FAUFBA, após o exílio imposto pelo regime militar. O tempo mostrou que tabus existem para serem quebrados, pelo esforço de muitos colaboradores agregados à empreitada. No primeiro momento éramos poucos, *professores-fundadores* e alguns colegas da UFBA, mas com a chegada de novos docentes o quadro docente foi ampliado pelos *professores-consolidadores*¹⁶ e, lentamente as coisas evoluíram até o presente, incorporando outros docentes concursados. Estamos na terceira geração de professores-pesquisadores permanentes, estabilizando o quadro docente fixo do PPG-AU/FAUFBA.

Vale repetir o canção popular: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer” (Geraldo Vandré).

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Como tais desafios foram superados?

Antônio Heliodório Sampaio: A superação se dá através do esforço, da dedicação plena do quadro docente e da crença no trabalho cotidiano. Algo equivalente a um pequeno formigueiro, no qual a maioria era muito comprometida e atuava rumo ao mesmo objetivo: criar e consolidar o PPG-AU. As dificuldades eram muitas, mas se destacam a falta de recursos aplicados à pesquisa e à aquisição de bibliografia pertinente, equipamentos/mobiliário para os laboratórios, além da ampliação do quadro docente local, em dedicação plena ao Programa. A bibliografia inexistente, na biblioteca, era suprida por cópias xerox de livros dos próprios professores, ficando à disposição dos alunos para consulta ou reprodução. Óbvio, era uma irregularidade, explicada pela ausência de recursos suficientes para a ampliação/aquisição de um acervo mais robusto, conseguido ao longo do tempo.

A FAUFBA não tinha doutores e mestres titulados com perfil voltado para várias disciplinas criadas, além da incerteza na tarefa de ampliar o quadro permanente de professores-pesquisadores nas universidades federais. Na época, se lutava pela abertura de concursos públicos para novos docentes, e na limitação orçamentária para contratar pessoal em regime de D.E. (dedicação exclusiva). Isso exigia um esforço da coordenação, na busca por atrair docentes de outras unidades da UFBA, ou mesmo de fora da Bahia,

¹⁶ Destacamos, no primeiro momento, a chegada dos colegas Marco Aurélio e Ana Fernandes, importantes na etapa inicial de afirmação. Só depois vieram Paola B. Jacques, ao lado de outros professores voltando de seus doutorados, como Esterzilda Azevedo, Angela Gordilho etc., citando apenas os que assumiram a coordenação. Todos/as muito importantes para o nosso PPG-AU.

em parte suprida pelas estadias curtas (intensivas) de docentes convidados para preencher as lacunas no quadro local. Por coincidência, após as primeiras turmas selecionadas, passaram a voltar do exterior alguns doutores recém-diplomados, aptos e ávidos por uma oportunidade na Universidade, atraídos pela pós-graduação, algo viabilizado pelas bolsas para recém-doutores (CNPq e Capes). Caso dos professores-consolidadores Marco Aurélio e Ana Fernandes, proporcionando muitas iniciativas marcantes como retomar a Semana de Urbanismo, criar a revista RUA, montar os primeiros grupos de pesquisa, além de articulações nacionais e internacionais relevantes. No rastro dessas iniciativas, vieram outros professores atraídos pelos eventos e o crescimento do PPG-AU, dando-lhe outra dimensão, menos local ou regional.

Só muito depois os concursos foram sendo abertos e o quadro docente ficou estável, a ponto de hoje ser dificuldade superada. O pioneirismo levava a desafios constantes para a gestão, exigindo captação de recursos via convênios com órgãos externos e projetos de pesquisa direcionados, permitindo compra de equipamentos, livros, material de consumo etc. Nunca devemos esquecer o apoio da UFBA, vindo da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, na pessoa do professor Heonir Rocha, bem como da diretora da FAUFBA, a professora Maria do Socorro Targino — e o pessoal do CEAB —, aqui reverenciados pela contribuição para se implantar o PPG-AU/FAUFBA. As experiências advindas dos CEPUR's e dos CECRE's, de certo modo, representaram um capital humano e simbólico valioso, tanto no enfrentamento das dificuldades como na superação das resistências internas, diluídas no tempo pela nova realidade criada na FAUFBA. Acreditamos que, hoje, inexistia alguém contrário ao PPG-AU, embora possam existir críticas.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Você se recorda da composição do quadro docente do PPG-AU/FAUFBA na sua gestão? É possível perceber, olhando para trás, quais tinham sido os avanços e as contribuições trazidos para o campo por pesquisadoras e pesquisadores do programa naqueles anos? Você lembra quais eram as autoras e os autores, os temas e os conceitos que mais circulavam?

Antônio Heliodório Sampaio: Precisaria ir aos arquivos. Impossível lembrar de tudo, mas é preciso sempre registrar a contribuição dos professores do IGEO, da Faculdade de Filosofia, da Escola de Economia etc., que ajudaram muito, desde a criação dos cursos de especialização. Sem eles, seria impossível iniciar a pós-graduação continuada na

FAUFBA.¹⁷ A contribuição dos docentes externos, incluindo convidados da UFPE, da UnB (ex-colegas), da USP (ex-professores), deram o suporte teórico-metodológico na área da pesquisa, algo pouco efetivo entre nós da FAUFBA.¹⁸ Além das aulas, muitos visitantes atuavam em bancas e consultorias nas aulas práticas (atividade de Ateliê), inicialmente existentes no mestrado, lembrando que o regimento interno permitia que o discente optasse por um Trabalho Final fazendo um projeto de intervenção (herdado dos CEPUR's e CECRE's), ao invés de uma monografia acadêmica. Sem sabermos a razão, o Ateliê foi diluído no tempo até ser “extinto”(?!); talvez por ausência de procura ou distanciamento dos novos professores, mais interessados na pesquisa acadêmica, alheios à estrutura do curso original. Neste viés, tivemos até uma Área de Concentração nomeada “Desenho Urbano”, sem lograr a efetividade desejada, depois renomeada/transformada em Urbanismo.

O colegiado de curso tinha professores arquitetos e também os não arquitetos, enriquecendo muito as discussões de conteúdo, reunindo pessoas de muita vivência na universidade. Quanto aos autores lidos/recomendados, variavam muito, conforme o conteúdo das disciplinas ofertadas, abrigando indicações dos professores visitantes que traziam referências valiosas. Algumas disciplinas antes consideradas básicas — na área de Urbanismo —, como Teorias Urbanísticas, Teorias da Cidade, Introdução ao Projeto de Pesquisa, Aspectos Físico-ambientais Urbanos, Desenho Urbano/Transportes e o Ateliê de Projeto foram perdendo força e visibilidade, cedendo lugar a outros conteúdos. De repente, numa guinada — que deveria ser provisória —, todas as disciplinas viraram optativas e algumas deixaram de ser ofertadas, deixando a grade curricular desarticulada, abandonando conteúdos pertinentes à formação pós-graduada em Arquitetura e Urbanismo. Atualmente, é possível fazer o mestrado ou doutorado sem conhecer os embates, as tensões e as principais vertentes teóricas nos campos específicos da Arquitetura, do Urbanismo e/ou do Planejamento Urbano. Dependerá da formação do aluno (graduação) e principalmente do rol de disciplinas cursadas.¹⁹

¹⁷ A contribuição dos professores Pedro Vasconcelos, Sylvio Bandeira de Mello, Barbara-Christine Nentwig, Neyde Ma. Gonçalves, Maria Auxiliadora, dentre outros do IGEO e de outras unidades da UFBA, foram da maior importância.

¹⁸ Professores de outros estados, convidados nos CEPUR's, como: Moisés Agamenon, Nestor Goulart, Pedro Castro, Speridião Faissol, Diogo Lordello de Mello, Mary Garcia Castro, Nelson Maculan, Ernesto Lindgren, Gunter Kohlsdorf, Cândido Malta etc., complementaram o quadro local, em temas e disciplinas específicas.

¹⁹ Os alunos de outras áreas, como Geografia, História, Economia e Sociologia, entre outras, eram aceitos, mas tinham de fazer disciplinas na graduação, em História e Teoria da Arquitetura e do Planejamento. Neste quesito, as mudanças foram radicais, não sendo mais um requisito curricular.

Então, preferimos omitir temas, conceitos, autores, avanços/recuos do antes e do agora, evitando dar resposta numa visão enviesada, sem fazer comparações entre conteúdos complexos, dando uma perspectiva histórica superficial, rala. Sem desmerecer as iniciativas de então, nem melindrar as preferências dos docentes novos e as reformas feitas na grade curricular, optamos por dizer que é um trabalho de avaliação por ser feito, requerendo busca nos arquivos, entrevistas com professores fundadores/consolidadores, líderes de grupos atuais etc. Uma tarefa a ser feita sem açodamento, por uma equipe experiente. Talvez, pudesse comentar as ementas e a bibliografia das disciplinas que trabalhei até 2023, mostrando permanências e mudanças no tempo. Mas teria de escavar o chão pisado, remoer as sementes que imaginamos plantadas, ver se prosperaram, dando-lhe algum sentido no presente.

Neste sentido, lembramos que as poucas disciplinas ligadas à *questão ambiental* podem ser ampliadas no seu escopo, considerando as emergências/mudanças climáticas e os impactos do aquecimento global, que afetam as pessoas na cidade e no campo. Isso requer domínio dos conhecimentos existentes, bem como pesquisas usando tecnologias e procedimentos disponíveis (satélites, geoprocessamento, cartografia sistemática, prospecção de cenários etc.). Não basta identificar as “áreas de risco” ou a ocupação segregada dos mais pobres nas ZEIS. Cabe ir além, aprofundando no campo das *análises espaciais* procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos, essenciais. Tem muita coisa por ser feita na temática ambiental, na Arquitetura e no Urbanismo. Imaginamos que o PPG-AU possa se engajar na produção do conhecimento sobre a questão ambiental, ao lado de outras pós-graduações da UFBA. Seria retomar a trilha ambiental abrindo, no leque de opções, outro caminho a percorrer.

Portanto, memória e esquecimento são faces da mesma moeda, capa e contracapa desse livro imaginário que talvez alguém possa fazer um dia, ou até mesmo ser tema de uma monografia discente, de final de curso. Coisa a ser pensada pelo PPG-AU, incluindo os demais, como CECRE, RAU + E,²⁰ grupos de pesquisa etc. Afinal, são pernas do mesmo corpo, a FAUFBA, despertando pessoas para o tema. Poderíamos colaborar!

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Que contribuições teórico-epistemológicas e políticas você acha que o programa ainda oferece para o campo de Arquitetura e Urbanismo? O que o diferencia e lhe dá destaque, hoje?

²⁰ N.E. — Iniciada em 2013, a Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E), vinculada à FAUFBA, configura-se como um Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Sua proposta é formar profissionais para atuar em periferias urbanas, assegurando o direito à moradia digna previsto em lei.

Antônio Heliodório Sampaio: Não saberia responder com precisão e a firmeza do tempo que fomos da coordenação e do colegiado de curso. Na época, a discussão dos conteúdos era um imperativo, sempre voltada para o que poderia/deveria ser um curso de pós-graduação numa Faculdade de Arquitetura. Para nós, se tratava de uma Faculdade de Arquitetura, e não um curso pós-graduado em Belas Artes, Filosofia, Música, Dança, Antropologia, Engenharias etc. A nossa percepção, a partir de 2014, é meio difusa, é a do aposentado distanciado da coordenação, do colegiado e da labuta cotidiana, sem ter a resposta pronta, recusando-se a opinar na base do achismo ou do palpite. Entretanto, passado tanto tempo, podemos refletir sobre o básico arriscando dizer: o Urbanismo enquanto disciplina específica está sendo confundido com o vasto campo da Urbanologia — sem desmerecer sua importância para o Urbanismo —, pois a rigor a Urbanologia precede ou sucede o saber-fazer Urbanismo, alimentado pelo exercício multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar defendido por muitos, no que concordamos, parcialmente. Para qualquer disciplina podem convergir conhecimentos, métodos, procedimentos de outras áreas, mas a síntese em Arquitetura e Urbanismo se dá na prática — inclusive prática-teórica —, mas depende do objeto de estudo, da escala de intervenção, da pesquisa empírica etc. O debate envolve outras pós-graduações.

A tendência de confundir Urbanologia com Urbanismo nos parece fruto da ânsia dos *neourbanistas*²¹ em ampliar o campo de seus estudos preferidos, na trilha do campo socioantropológico (antes eram economia, geografia, engenharias etc.), nem sempre dominando os procedimentos metodológicos, científicos ou filosóficos (em alta). Observamos que a Urbanologia vem atraindo recém-diplomados, neófitos na pesquisa acadêmica, sem prática profissional e/ou leituras pertinentes na área específica de Arquitetura e Urbanismo. A sensação é que alguns iniciam os estudos pela crítica aos pensadores modernos, sem conhecê-los. Essa visão, obviamente, é preliminar, e se dá a partir da disciplina Teorias Urbanísticas, em *pré-testes* feitos antes do curso iniciar,²² com perguntas sobre: conceitos básicos, autores lidos, preferências etc. Trata-se de constatação parcial, sem envolver outras disciplinas do PPG-AU. Mesmo assim, perguntamos: a

²¹ *Neourbanista* se refere a jovens que se tornam “urbanistas” sem estudar e/ou praticar o ofício. Portanto, o termo não se aplica àqueles pesquisadores de ofício, mais experientes.

²² *Pré-teste* é um procedimento de rotina, para aferir o nível de entendimento, leitura e preparo de estudantes antes de se iniciar um curso qualquer. Na conclusão do curso, se faz um *pós-teste*, aplicando as mesmas perguntas, para verificar a evolução do discente. O *pós-teste* faz parte da avaliação qualitativa de estudantes (às vezes vale nota, parcial).

produção acadêmica, fixada apenas no exercício crítico/discursivo, pode contribuir em quê para a prática do arquiteto e/ou do urbanista?

O pressuposto é que nem todos seguem a carreira acadêmica, de pesquisador,²³ mas para quem se dedica ao Plano ou ao Projeto de intervenção no espaço concreto parece de pouca valia ter apenas uma visão crítica das coisas e suas teorias. Por exemplo: pesquisar o “comportamento de uso” no espaço, usando procedimentos típicos da etnografia e da Antropologia ajudam, mas o rigor científico ou a argumentação filosófica ainda são ferramentas que o arquiteto em geral pouco domina, mesmo sendo um professor-doutor. Óbvio, é preciso saber o quê e o como perguntar. Ademais, uma edificação ou espaço urbanístico pode durar anos, séculos, já os “comportamentos de uso” mudam no tempo; basta ver as transformações de uso/ocupação do solo nas cidades em que vivemos. Ao trabalhar em equipes com geógrafos, sociólogos, antropólogos, economistas, se entende melhor a variável tempo como essencial no Plano ou Projeto Urbano; já a percepção do *aqui e agora* (das pessoas) importa, mas é insuficiente para planejar/projetar futuros de médio a longo prazos. É um caminho de mão dupla, de troca entre morador, suas demandas imediatas e a apreensão técnica, que nem sempre se limita ao curto prazo.

Voltemos ao inicial: nunca saberia responder tudo o que a pergunta encerra/sugere. Essa é apenas uma questão pouco aprofundada entre nós, sobre procedimentos metodológicos no âmbito das pesquisas sobre o *espaço concreto* nas cidades, pois Arquitetura e Urbanismo se realizam no tempo-espaço, e possuem longa duração — à exceção da arquitetura efêmera, em “instalações nômades”, provisórias. Logo, cabe entender os limites e as possibilidades da *pesquisa qualitativa* — muito propagada nas ciências humanas — frente às especificidades das pesquisas de base quantitativa, muito criticadas na contemporaneidade. Trabalhando com a *Teoria de Sistemas* e modelos espaciais, é possível distinguir os *modelos descritivos* dos *modelos explicativos* e *prospectivos*. Também cabe distinguir *modelos determinísticos* dos *modelos estocásticos* (probabilísticos, aleatórios), sem omitir a farta literatura crítica sobre as limitações dos vários modelos disponíveis, nem tampouco rejeitar as metodologias voltadas para procedimentos qualitativos (ver: Kevin Lynch, Gordon Cullen, Ian McHarg etc.). Por dever de ofício, sugerimos a quem se interessar ler autores que aprofundam o assunto, sem tomar partido a priori ou ideologizar a questão. Indicamos aos iniciantes ler Pedro Demo

²³ Pesquisa recente da UFBA com egressos da pós-graduação mostra que uns 30% são docentes, e menos de 10% pretendem seguir a carreira. Os 60% restantes precisam ser melhor avaliados.

(1998), sobre pesquisa qualitativa, e autores que se debruçam sobre as questões de epistemologia, método, campo interdisciplinar etc.²⁴

Devemos ficar atentos à tradição arquitetônica, cujo pensamento deriva de *Teorias Prescritivas*, estabelecendo princípios gerais, desde Vitruvius (a. C.) passando por Alberti (sec. XV) até alcançar Le Corbusier (sec. XX) e alguns modernos canônicos. Só o olhar crítico sobre este processo histórico alargado, distante do presente, pode tornar visível o invisível. Vide o caso da Carta de Atenas, acusada de ser culpada, injustamente, dos males da cidade moderna, sem levar em conta que poucos arquitetos leram sobre o contexto de onde emergiram algumas versões da Carta,²⁵ muito menos das disputas nos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura), via de regra pouco divulgadas ou lidas. Às vezes, o Movimento Moderno — em Arquitetura — ainda é visto como um grupo homogêneo, único, similar a uma espécie de “tradição inventada”, na linha do Erick Hobsbawm (1997), para legitimar nossa profissão. Assim, o Movimento Moderno continua um tema interessante a ser explorado, pela ótica das suas dissensões internas (BARONE, 2002).

Óbvio que, no Urbanismo e no Planejamento, a pesquisa qualitativa continua importante, mas é procedimento paralelo, complementar, sem prescindir dos procedimentos quantitativos, sem os quais questões urbanas de uso/ocupação do solo, mobilidade e transporte público, sistemas de infraestrutura básica, equipamentos sociais de educação/saúde/abastecimento etc., ficam sem sustentação na proposta espacial, do bairro à cidade, ou região metropolitana. O atual encantamento com a pesquisa qualitativa tem sua razão de ser, e aqui é impossível aprofundar, mas temos visto pouca serventia no ato de fixar parâmetros urbanísticos nas leis, baseadas no direito objetivo e subjetivo. Claro, os parâmetros podem ser revistos, mas isso requer pesquisa empírica (de campo), cruzando os dados quantitativos com pesquisas qualitativas e sua subjetivação. Entretanto, nos Planos Diretores e na legislação derivada, a metodologia continua feita no surrado exercício do “ctr+c” e “ctr+v” de parâmetros descolados da realidade local, sequer levados ao debate nas Reuniões Temáticas e/ou Audiências Públicas. Em mais de trinta Planos analisados, no interior da Bahia, elaborados pós-Estatuto da Cidade, se constata que as leis continuam replicando parâmetros quantitativos — supostamente regulando “instrumentos de política urbana” — *made in São Paulo* ou *made in Salvador*,

²⁴ Ver: *Novas perspectivas das Ciências do Homem*, uma coletânea de conferências elaboradas por autores de várias áreas (CASTRO et al., 1974) no Colóquio sobre Epistemologia das Ciências do Homem. Podem existir encontros recentes, mas as questões centrais persistem.

²⁵ Ver: Sampaio (2001); e a resenha crítica da profa. Paola B. Jacques (2003), na RUA, n. 8.

sem qualquer levantamento de campo sobre os parâmetros urbanísticos nas cidades que são objeto de intervenção. A prática desvela um processo decisório manipulado, no qual a propalada “democratização do planejamento” tem sido o nome de um ritual legitimador, duvidoso.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Pensando na sua trajetória como pesquisador, quais temáticas marcam a sua vida acadêmica? Poderia comentar as que entende ser de maior relevância, como elas se relacionam com debates regionais, nacionais e, se for o caso, internacionais?

Antônio Heliodório Sampaio: Nossa convicção é que a Arquitetura e o Urbanismo se afirmam historicamente como disciplinas voltadas para saber-fazer propostas espaciais, em diferentes escalas de abordagem, então o conhecimento vindo de outras áreas é suplementar, ou complementar, constituindo saberes “para-arquitetônicos e para-urbanísticos”, que ancoram o Projeto, o Plano, as normas etc. Aqui retomo Pedro Demo (1995) quando, apoiado no pensamento de Max Weber, faz a distinção entre o conhecimento “daquilo que é” e o “daquilo que deve ser”, mostrando que o papel da ciência aplicada, experimental, ao aferir normas e ideias impositivas, não valida de pronto o ato de fixar regras para um “vir a ser”. Assim, aquilo que é diagnóstico ou prognóstico, analisado/estudado, nem sempre é o que deveria ser, sobretudo na proposta de intervenção espacial. Existe sempre o imponderável na passagem da *análise espacial* para a construção de uma proposta, algo incontornável na prática, implicando em *juízo de valor*; ou seja: além da racionalidade, existem *intuição* e *criatividade* na montagem da/s proposta/s. Essa é uma questão aberta para quem nunca quis ser apenas um “urbanólogo” ou “arquitetólogo”: dois neologismos ouvidos à socapa, que ilustram nosso pensamento selvagem. Não custa repetir.

Outros temas essenciais ao exercício profissional, estão cada vez mais distantes nos debates regionais e nacionais, embora possam até existir no campo internacional, mas infelizmente desconhecemos. Para registro desta inquietação, faltam:

- Pesquisas sobre “custos e padrões de urbanização” (sobretudo num país pobre);
- Procedimentos entre análises-propostas incluindo “qualidade de vida urbana”;
- Relações entre estrutura urbana e infraestrutura básica, na “morfologia da cidade”;
- Avaliação de Planos e Projetos (procedimentos operacionais e “gestão do espaço”);
- Estudos do espaço urbanístico e do microclima (versus densidades, parâmetros etc.).

De resto, a ciência aplicada, para ser consequente, precisa afastar preconceitos entre conhecimento e pesquisas quantitativas ou qualitativas, reconhecendo a contribuição

dos diferentes saberes disponíveis, eruditos e populares. Preparar pessoas para uma prática social responsável, inclusive na carreira docente, significa renunciar a desqualificar procedimentos que, a rigor, se complementam e estão abertos para criar “pontes epistemológicas” entre as disciplinas, muitas em diferentes níveis quanto à aplicação prática.²⁶ Aliás, ser interdisciplinar significa ter domínio disciplinar de uma ou mais disciplinas, indo além das citações de autores renomados, lidos de modo aligeirado, apenas para ilustrar um discurso acadêmico empolado, presunçoso.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Como você avalia, ao longo dos anos, a evolução e as contribuições do PPG-AU, considerando as Áreas de Concentração, bem como suas Linhas de Pesquisa?

Antônio Heliodório Sampaio: É óbvio que o PPG-AU se consolidou como referência nacional, e até se internacionalizou, crescendo bastante na ampliação do quadro docente fixo e no ingresso de turmas discentes. Entretanto, as Áreas de Concentração parecem esmaecidas, a reboque das “Linhas de Pesquisa”, parecendo faltar nexos com as prioridades dos grupos de pesquisa que proliferaram a partir de interesses muito específicos, legítimos, mas alguns sem laços claros, substantivos, no fortalecimento das Áreas de Concentração. Entre as dúvidas (nunca a certeza), levantamos se é produtivo criar grupos voltados para temáticas muito próximas umas das outras. Ou isso reflete o atual contexto ligado ao “produtivismo acadêmico”? É um fenômeno recente, talvez estimulado pelo sistema de avaliação MEC/Capes/CNPq... Registramos, aqui, uma dúvida, de quem percebe de fora, a ser melhor verificada.

Como as avaliações dos programas passam pela produção quantitativa de textos, livros, eventos etc., e o processo de pontuação induz a vida do professor-pesquisador individual, ou nos grupos, a trabalhar em função das temáticas conjunturais e suas articulações com outros centros etc., então se reproduz, na vida acadêmica, uma competitividade cuja “matematização” (métrica) é discutível, repercutindo no Currículo Lattes, na Plataforma Sicupira, visível nos “baremas” criados para a progressão funcional e nos concursos docentes, na seleção para publicações etc. Essa crítica ao exagero “produtivista” se expressa na publicação de textos repetitivos, sem filtros claros sobre a pertinência dos conteúdos quanto às Áreas de Concentração. Sem dúvida estamos diante

²⁶ Ver: *Novas Perspectivas das Ciências do Homem*, op. cit., mostrando a questão de epistemologia interna de várias disciplinas e o trabalho no campo interdisciplinar.

de uma crítica injusta para muitos, que não se enquadram no caso, embora sejam claramente afetados. Seria prudente dar um balanço, reatar elos perdidos, corrigir desvios, ou até rever alguns objetivos do PPG-AU?

Para o observador atento, exigente, ao lado da evolução visível parece existir uma dispersão de esforços grande, meio difusa, quase invisível. Aglutinar esforços só fortalece o PPG-AU, já andar ao sabor dos ventos numa “competitividade” cega, mesmo que todos na embarcação aceitem, nem sempre nos levará ao melhor porto. É como pensamos, sem qualquer pretensão de propor regras para a pós-graduação.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Quais seus interesses atuais, os novos projetos e ações de que participa e como se relacionam com o PPG-AU?

Antônio Heliodório Sampaio: Do ponto de vista profissional, o interesse ainda é o mesmo de sempre: tentar fazer Arquitetura e Urbanismo. Na falta de oportunidades, buscamos ler, escrever, participar de aulas — quando nos convidam —, sem pressa. O aposentado é igual ao iniciante, está sempre em busca de praticar algo que imagina estar preparado para fazer. Pode ser um Projeto, um Plano, dar aula/palestra etc. Acho que o PPG-AU e a UFBA aproveitam pouco a experiência do quadro de aposentados. Às vezes nos apresentamos, sem suplicar atenção indevida, evitando qualquer posição de mando, apenas buscando estar nos eventos importantes, visitando exposições, lançamentos de livros, palestras etc. Em tom de brincadeira, repetimos: pertencemos ao “MASP — Movimento dos Arquitetos sem Projeto”, uma crua realidade.

Através da Fundação Escola Politécnica (FEP), temos feito consultorias para Planos Diretores em algumas cidades do interior, numa volta ao sertão, constatando a distância entre as formulações teóricas em voga na Academia, e a crueza da realidade político-administrativa interiorana, letárgica, desprovida de meios técnicos e recursos para enfrentar os desafios da realidade carente. Retomemos dois eixos discursivos em bordões icônicos, repetidos à exaustão nas oitivas em reuniões e audiências públicas, reverberados sem profundidade: um é o da “participação popular” e outro é o conceito de “desenvolvimento sustentável”, termos ambíguos e difusos aplicados sem pudor. Ambos são manipulados ideologicamente e, mesmo na Academia, mudam o teor conforme a disciplina ou área de conhecimento mobilizada. Trabalhando nos Seminários Avançados, promovemos debates interdisciplinares esclarecedores sobre a ambiguidade teórica e conceitual e como isso afeta nossa prática profissional. Na prática, os conceitos se esfumam no ar, embora postos em leis impositivas, supostamente articulados aos “instrumentos de política urbana” do Estatuto da Cidade e das Resoluções do Concidades, mas ainda não se observa qualquer efetividade nas cidades visitadas, até aqui.

As cidades médias e pequenas continuam crescendo, mas as formas de atuação técnica (da gestão) sobre os problemas evoluíram muito pouco no tempo, em que pese os meios técnicos (informática, geoprocessamento, ensino superior nas localidades etc.) e que os dispositivos legais federais estejam disponíveis. Esse rito, fingindo atender ao Estatuto da Cidade, é um tema a ser aprofundado na pós-graduação em geral, e no PPG-AU, em particular. Sobretudo quanto ao conteúdo/forma como se fazia, se faz, e continuarão sendo feitos os Planos e Projetos para as nossas cidades.

Ao se abandonar, na Academia, as pesquisas empíricas sobre a *racionalidade instrumental* — entendida como o meio para se atingir fins —, pouco se contribui para as práticas entranhadas no aparelho de Estado, ficando os profissionais que atuam no interior relegados à própria sorte. Aqui, relembremos a perplexidade quando vimos as cidades do Rio Grande do Sul literalmente alagadas, ou as cidades do semiárido baiano sofrendo com a falta de saneamento básico, problemas que existem não por falta de saber o que fazer, ou como fazer, mas de ações usando o já conhecido, enquanto o ato de elaborar Planos Diretores e Planos Setoriais proliferava distante do interesse público na implementação. Logo, não basta a pós-graduação diplomar mestres e doutores acadêmicos, distantes dos problemas ambientais citados, óbvios e instigantes. Qual a nossa contribuição no conhecimento produzido para enfrentar tais problemas (ambientais) no nosso campo profissional de Arquitetura e Urbanismo?

São perguntas aguardando respostas mais efetivas. Essa visão crítica não se limita ao PPG-AU, cuja relação continua afetiva e de gratidão! Sobretudo pela oportunidade de “aprender a aprender”, remoendo relações entre Teoria e Prática.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Como avalia o cenário contemporâneo da pós-graduação no Brasil e como analisa a participação do PPG-AU nesse contexto?

Antônio Heliodório Sampaio: Pelo tempo que a pós-graduação vem sendo instituída na nossa área, caberia um balanço nacional, sobretudo no que diz respeito à quantidade de cursos para formação de mestres e doutores de viés acadêmico, ou seja, voltados para formar quadros para a pesquisa e ensino superior. Talvez inexista trabalho para tantos diplomados, ou pessoal com tanta aptidão para ser pesquisador de ponta, mas como avaliar algo tão complexo? Não sabemos responder, é preciso aprofundar o debate. Mas é óbvio que persiste uma carência de profissionais qualificados para elaboração de Planos e Projetos, talvez um caminho seja retomar/valorizar os cursos *lato sensu* para arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos, hoje abandonados. No Brasil criou-se o mito de uma hierarquia equivocada repercutindo na remuneração do profissional:

doutorado, mestrado e especialização, que possuem diferentes níveis de enquadramento e remuneração, algo discutível dentro da academia.

Da experiência prática, temos observado que mestres e especialistas se equivalem, inexistindo prevalência ou hierarquia de um sobre o outro, pois, em determinadas circunstâncias, os cursos feitos (conteúdos, carga horária, trabalho final etc.) pelos especialistas resulta em pessoal mais próximo da lida na Arquitetura e no Urbanismo, que mestres titulados no viés acadêmico. Nada prova que um Doutor, PhD ou Livre-Docente, detenha mais qualificação para atuar num Plano Diretor ou Projeto Urbanístico de bairro, ou trecho de cidade, que um Especialista com experiência. Claro, temos o CECRE, um Mestrado Profissional, e a RAU+E, separados do PPG-AU, portanto estão fora do raciocínio acima. Seria o caso de transformar os Mestrados Acadêmicos em cursos profissionalizantes? Seria um caminho válido? Podemos refletir juntos.

Não se trata de posição fechada, é uma provocação. Imaginamos que são coisas a serem vistas, sobretudo nas Faculdades de Arquitetura, buscando ir na direção de um exercício profissional próximo das demandas sociais ligadas à “questão ambiental”. É um contexto a ser repensado, numa era de transição, com suas encruzilhadas.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Quais temáticas, conceitos, autoras e autores você julga estarem emergindo e consistem em novas perspectivas aos debates em arquitetura e urbanismo?

Antônio Heliodório Sampaio: Sou cético diante do que vejo, ouço e leio. Algumas temáticas me parecem excessivamente concentradas no campo micro, talvez para aplacar a dimensão existencial dos indivíduos (algo importante), mas expressa um certo distanciamento dos que trabalham numa visão macro, mais estrutural. Temas que, no século passado, faziam parte de um debate contínuo sobre as transformações urbanas e questões estruturais do nosso lugar, no *sistema-mundo*, parecem enfraquecidas ou diluídas num cipoal de opiniões individuais, em temas ainda desconexos. A sensação é que tudo passa a ser olhado com desconfiança, levando a ciência a ser emparedada pelo *negacionismo insano* que, de roldão, leva parte da opinião pública a acreditar que o conhecimento sobre o poder constituído, a gestão e o planejamento responsável, pouco tem a ver com o papel do Estado. Quase tudo no campo político e acadêmico fica personalizado, reforçando as lideranças e suas opiniões, polarizadas de modo abusivo, como principal forma (meio) de consolidar o entendimento das coisas.

A ação transformadora coletiva passa a ser impossível de ser alcançada, plenamente. A descrença em quase tudo é um fato, incluindo a negação de uma *racionalidade*

técnica comprometida com o social, dentro do aparelho estatal. Na ânsia de buscar o “novo pelo novo” se dissemina alguns temas da moda, manipulados, na época chamada de “idade média” e, cada vez mais, a mesma palavra assume diferentes significados. No caso do Urbanismo, depende de quem fala e dos interesses em jogo. Então, fica difícil ver o “novo” num momento em que as coisas embaralhadas emergem como “solução”, mas centradas no indivíduo, no hedonismo extremado. É impossível ler todos os autores, mas os discursos parecem montados para anunciar que qualquer *visão de mundo* é ilusória; conseqüentemente, a *racionalidade* — técnica, política, ou mesmo filosófica — parece ficar sem sentido. Então, o “vir a ser” seria um vale-tudo?

Os autores clássicos, abandonados em muitas instancias acadêmicas, são citados de forma superficial, ou sequer apresentados aos jovens. Quase sempre o que se anuncia como “novo”, sobretudo em Arquitetura e Urbanismo, por vezes é tão velho quanto a ideia da caverna em Platão, incluindo seu desdobramento na vertente moderna do que seja “alienação” sociopolítica, disseminada na opinião pública, manipulada ideologicamente. Não por acaso, a “inovação” fica no discurso volitivo, individual, e cada autor se imagina um pensador profundo, ao usar termos prolixos — desconexos da realidade —, replicando escribas de segunda linha, exaurindo a paciência de quem ainda lê os clássicos. Daí, tentamos manter certa distância da descostura histórica posta na lavra dos *aprendizes de feiticeiros*, o que nunca é fácil.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Finalmente, o que ou quem você está lendo neste exato momento e que temas têm te interessado? Alguma dica de leitura para estudantes de pós?

Antônio Heliodório Sampaio: Voltei a reler os clássicos — da Arquitetura, do Urbanismo, e do Planejamento. Tanto releio Vitruvius ou Alberti, passando por Walter Gropius, Patrick Geddes, Team X e Lewis Mumford, bem como os teóricos do planejamento, desde André Fallu, Paul Davidoff, P. Allmendinger etc., incluindo os seus inúmeros críticos. Seguimos a linha sinuosa e nada linear no tempo, tentando identificar nas prateleiras da vida a teia e os liames das coisas que nos interessam. Desde a pandemia, temos lido a produção local, centrado em grupos de pesquisa e autores locais que nos instigam a rever questões, alinhavadas nas respostas acima.²⁷ É um processo meio anárquico, pescando nos escritos aquilo que diz respeito às nossas *reflexões selvagens*, primitivas. Estamos relendo o Ailton Krenak (2019), indígena, intelectual, pensador, o que nos remete

²⁷ No campo urbano, tenho lido textos da lavra de Ana Fernandes, Paola Beresntein, Margareth Pereira etc., bem como de seus orientandos (nem todos). Também leio o grupo dedicado à História — Baeta e Huapaya —, sobre os períodos mais antigos.

aos clássicos, implicando retomar a aporia filosófica sobre o *modernismo*, desde as farpas trocadas entre teóricos como Lyotard — releio *O Pós-Moderno Explicado às Crianças* (1993), menos superficial que a versão em *O Pós-Moderno* (1986) — e Habermans (1983) e seguidores. É um exercício prazeroso: extrair nas entrelinhas de pensamentos díspares as implicações no Urbanismo; talvez uma disciplina ainda em construção, ou em mutação(?), patinando em muitas frentes por interesses vários.

Krenak ensina:

Nosso tempo é especialista em produzir ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar e de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta e faz chover. [...] “Minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história (KRENAK, op. cit.).

A história do ponto de vista indígena atíça nosso *pensamento selvagem*.

Encontrar nexos entre coisas distantes, semelhanças, diferenças, contradições, ajudou a apurar o pensamento nômade. O tempo livre é para ir lendo o que nos apetece no farto banquete do já produzido, sem nostalgia, tentando retomar aquelas categorias de análise essenciais para aclarar o *papel do Estado*, o processo de *Acumulação Capitalista*, e as ações no *espaço concreto*, em diferentes escalas e dimensões temporais. O difícil é filtrar, na enxurrada de autores recentes, do além-mar e tupiniquins, aqueles que por falta de densidade reflexiva, nem vale a pena ler. Eis uma tarefa complicada na atual quadratura do círculo: “separar o joio do trigo”.

Ao ler os clássicos, fica sempre uma pergunta recorrente, no ar: *o que o autor diria hoje, se estivesse vivo?* A resposta sugere sempre um repensar as questões levantadas. É um pensar de novo... As coisas, contemporâneas.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Gostaria de fazer alguma última consideração sobre o PPG-AU ou o nosso campo disciplinar?

Antônio Heliodório Sampaio: Apenas ratificar que a Arquitetura e o Urbanismo se diferenciam da maioria das outras disciplinas, com as quais interage, por arriscar/fazer propostas — utópicas ou pragmáticas —, sobre o espaço edificado ou a construir. Isso nunca afasta ou rejeita as contribuições da Urbanologia, no viés interdisciplinar. Significa ofertar um leque de disciplinas/atividades voltadas para o espaço-tempo na sua materialidade, considerando os Planos, Projetos Urbanos, Leis e normas na perspectiva socioambiental, enquanto instrumentos necessários para viabilizar políticas públicas. Equivale

a olhar a realidade com lupa da “razão crítica”, sem omitir a “racionalidade instrumental” e suas peculiaridades na nossa formação, pois os “inevitáveis empréstimos culturais” historicamente herdados (BURKE, 1997), são inerentes a qualquer povo mestiço, colonizado. Implica entender a lógica da dominação entre nações, sem ficar chafurdando nas miudezas e migalhas da história, fazendo da erudição um fim em si mesmo, pois nada nos fará livres se continuarmos a remoer “ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 1973), ou construir “lugares fora das ideias” (MARICATO, 2000). Urge produzir conhecimento sobre a prática teórica e também sobre a teoria da prática.

A forma de fazer frente ao colonialismo cultural se inicia por desvendar as influências europeias (*town building – art de bâtir des villes – stadtbaun* etc.), e desmitifica-las, contrapondo-as às contribuições latino-americanas antigas e recentes, fazendo distinção teórico-conceitual e metodológica entre o saber, o saber-fazer e o ensino-aprendizagem na Arquitetura e no Urbanismo. A avassaladora produção bibliográfica no século XXI mostra que poucos se dedicam às questões acima, nos cursos de graduação e pós-graduação, mas é reatando elos que se perderam no tempo, ou estão difusos no processo de ensino/aprendizagem na graduação, a merecer mais atenção. O primeiro passo é ter consciência dos limites e possibilidades da nossa área de atuação. Se algumas *pontes epistemológicas* entre a Urbanologia e o Urbanismo já existem, outras estão em construção e muitas inexistem. Mas poucos tratam das relações entre o campo teórico e a prática profissional, incluindo alternativas emergentes, promissoras, fora do mercado formal de trabalho.

Diante de um presente instável, o melhor é aprofundar o já conhecido,²⁸ para se confrontar as formulações ou subteorias recentes, de onde os “novos pensadores” emergem. Muitos estão, na pós-graduação, imersos na síndrome do “intelectual-produtivo”, sem avaliar que as diferentes formas de pensar o mundo sempre existiram, existem, e vão continuar existindo. Essa ideia rala de que tudo não passa de mera construção social, idealizada, e de que a realidade é mesmo ilusória, costuma reforçar a opinião, banalizada, de que a defesa do conhecimento científico é igualmente uma representação, sem vínculos com um “mundo real”; inexistente, para eles, os relativistas. Essa forma de olhar/pensar, por vezes alcança as esferas das Ciências Humanas (Sociologia, Psicologia, Direito etc.) que, sem pudor, repetem autores que de modo atabalhado capturam conceitos de outras ciências, como Física, Biologia, Química

²⁸ Sugerimos reiniciar por Hardoy e Tobar (org., 1969). Na produção local cito Gomes (org., 2009).. São coletâneas que podem ser aprofundadas, preenchendo algumas lacunas sobre a nossa realidade.

etc., aplicando-os de modo indiscriminado em outras áreas que os *neourbanistas* sequer dominam. O relativismo exacerbado na concepção de que vivemos numa era da “pós-verdade” ou do “fim da História”, parece se infiltrar em quase todas as esferas do conhecimento, mas pouco tem a contribuir em Arquitetura, Urbanismo ou Planejamento Urbano. É nossa constatação.

Articular o Projeto de Arquitetura e Urbanismo à história, equivale a um exercício de respeito à preexistência relevante/significativa,²⁹ e não a qualquer preexistência. Isso nunca equivale a copiar o passado (pastiche) tal como ele foi, mas extrair da “tradição”, plasmada no espaço, os elementos essenciais que fazem o construído ser singular, peculiar, significativo, sobretudo para as pessoas a que se destinam. A *memória urbana* se expressa numa linguagem espacial, construída, articulando no presente os signos/símbolos de um passado que só existe mesmo na lembrança. É uma Arquitetura e/ou um Urbanismo a contrapelo dos que rejeitam a *memória urbana* como categoria analítica, sem reduzi-la a mais uma *alegoria historicista*, ou à visão caolha que considera inútil postergar registros históricos, podendo ser demolidos, substituídos. No fundo, são pensamentos úteis ao mercado imobiliário e seu “*new urbanism*”, presentes no Litoral Norte baiano. Já o *Urbanismo da Continuidade* — vertente: Carlos Nelson F. dos Santos (1988), K. Lynch, L. Mumford, Patrick Geddes etc. — ainda é opção válida, reciclando e adaptando espaços a outros usos/formas que cada realidade impõe, inclusive áreas de expansão. Importa mais os procedimentos, atitudes, métodos... Levando em conta as características de cada *lugar*, fragmento de um *território* e suas gentes. A segregação espacial em Planos e Projetos, feitos por arquitetos e urbanistas descompromissados, resultam, mas nunca foi, é ou será, a causa primeira e única dos graves problemas urbanos no país, no sertão.

As descosturas que o pensamento “pós-tudo” faz, no conhecimento sobre a Cidade e o Planejamento do século XXI, alimenta o *laissez faire* na Arquitetura e no Urbanismo, e nos leva a refletir sobre a influência dessa forma de pensar — dita *pós-modernista* — posta na legislação urbana atual. Nunca devemos subestimar as relações entre “pensamento livre” da ideia de racionalidade e sua conceituação, baseada num corpo filosófico ralo onde falta teoria consistente, diante da derrocada do “Estado do bem-estar social”, ainda que utópico: acima dos interesses privados na cidade real. Seria

²⁹ Preexistência relevante/significativa no sentido de coisa importante do ponto de vista histórico, social, político etc. No nosso caso, requer pesquisar/identificar “lugares significativos”, no ambiente urbano e rural, sem omitir as tensões entre preservação/conservação/uso-ocupação.

uma absurda falta de senso político imaginarmos que o livre pensar pós-modernista radical está morto, pois a disseminação prática se manifesta em cada esquina, ou encruzilhada: nas *fachadas postiças* de edifícios-torres hipercoloridos e na “macarronada” de vias/viadutos na cidade do automóvel e sua “modernização conservadora”— são fatos.

A riqueza do debate e das contribuições teóricas na defesa de diferentes visões não encontra resposta adequada nas formulações extremadas que, supostamente, poderiam se aplicar à Arquitetura e ao Urbanismo. A prudência sugere postura menos arrogante, aceitando os limites da racionalidade e da ciência na área em que se atua, numa visão de mundo mais humanizado, menos consumista. Existe similaridade entre radicais dogmáticos — modernistas ou pós-modernistas —, que se expressam na erudição arrogante e na falta de humildade. Os argumentos que abraçam o *relativismo extremo* resultam da crítica rala à racionalidade (moderna/ocidental), mas são contraditórios, e se enfraquecem, na premissa de que a “irracionalidade” possa ser útil ou servir de guia na gestão das cidades. No limite, a gestão caótica de políticas públicas, sem pensar no retorno à barbárie, omite a necessidade de mais racionalidade — crítica e instrumental — para a efetiva apropriação social dos avanços técnicos alcançados na modernidade. Os “discursos teóricos” antagônicos esbarram em aporias filosóficas, e nos vários sentidos do que se entende por modernidade cultural, política, social etc., e do que possa ser aceito como discurso universal, descolado dos fragmentos de cada discurso local.

Então, o *conceito de gerações*, se confrontado aos “discursos teóricos”, em Arquitetura e Urbanismo, não estão isentos da interferência das diferenças de classe, que apontam para as desigualdades de gênero, étnico-raciais, culturais e geracionais, como coisas imbricadas. Algo que Vivian Weller (2010) retoma a partir do clássico Mannheim, mostrando que diferentes grupos etários — gerações — vivenciam seus tempos interiores de modo diferenciado, num mesmo período cronológico:

Cada um vive com gente da mesma idade e de idades distintas em uma plenitude de possibilidades contemporâneas. Para cada um o mesmo tempo é um tempo distinto, quer dizer, uma época distinta de si mesmo, que é partilhada com seus coetâneos (PINDER, p. 21, apud MANNHEIM, p. 517).

Portanto, são várias as possibilidades de viver e teorizar a *modernidade*, o espaço urbano, seus lugares e suas gentes.

No caso da Arquitetura e do Urbanismo, os “discursos teóricos” atravessam gerações e suas práticas, em meio a polêmicas históricas escamoteadas entre nós, iniciando

pelo que seja o ensino de Urbanismo no Brasil e em outros países.³⁰ É inócuo contornar embates em grupos de “opiniões homogêneas”, nos quais os debatedores se limitam a temas onde grassa consenso ou convergência de opiniões, lendo os mesmos livros, abraçando paradigmas a priori. Uma prática teórica pouco adequada ao campo educacional e à produção de conhecimento, pois o debate profícuo requer pontos de vista nem sempre convergentes, sobretudo no ensino do Urbanismo nas Escolas de Arquitetura no Brasil e da América Latina — algo tentado, na Europa, no século XX.³¹ Não se trata de copiar a “perspectiva europeia”, mas de um olhar crítico sobre o ensino em outras plagas, de modo a descolonizar o ensino-aprendizagem entre nós.

Enfeixar numa síntese algo que faça algum sentido, para quem nos lê, equivale a resumir nosso pensamento selvagem, assim:

No difícil equilíbrio entre a razão e a intuição, entre o possível e o desejo, mas sobretudo entre o real (existente) e o ideal (perseguido), encontram-se os limites e também as possibilidades da realização do profissional-docente aqui rememorada (SAMPAIO, 2000).

Ou como disse o poeta:

Vivem em nós inúmeros

Se penso ou sinto, ignoro

Quem é que pensa ou sente.

Sou somente o lugar

Onde se sente ou pensa”. (Fernando Pessoa)

³⁰ A ideia de Urbanismo varia (USP, UnB, UFBA), dependendo do docente e de onde fez a pós-graduação.

³¹ Ver: *La Enseñanza del Urbanismo: una perspectiva europea*. Valladolid: Instituto de Urbanística da Univ. Valladolid, 1995. Foram vistos os casos da Espanha, Itália, França, Alemanha, Inglaterra.

Referências

- BARONE, Ana Cláudia C. **Team 10 – arquitetura como crítica**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital**. São Paulo: Cosac Naify, Museu da Casa Brasileira, 2010.
- BURKE, Peter. Inevitáveis empréstimos culturais. **Folha de São Paulo**, 27 jul. 1977. Caderno Mais!, p. 5-3.
- CORSINI, José María Ordeig. **Diseño Urbano y pensamiento contemporáneo**. Barcelona: Instituto Monsa de Ediciones, 2004.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.
- DAVIDOF, Paul. Advocacy and pluralism in planning. **Journal of American Institute of Planners**, v. 31, n. 4, p. 331-338, 1965.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- DEMO, Pedro. Pesquisa Qualitativa: busca do equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998.
- FALUDI, Andreas. **Planning Theory**. Oxford: Pergamon Press, 1976.
- FAUFBA. **Plano Diretor de Itapetinga**. Salvador: FAUFBA, 1972. 2 volumes (mimeo).
- FERREIRA, Marcílio M.; GOROVITZ, Marcia. **A Invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília**. Brasília: Superintendência de Iphan/DF, Iphan Nacional, 2009.
- FIGUEIRA, Felipe Leal Guimarães. **Nietzsche e o Eruditismo**. Curitiba: CRV, 2018.
- GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. **Urbanismo na América do Sul: Circulação de Ideias e Constituição do Campo**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Org.). **Urbanismo na América do Sul - 1920-1960**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- GUIMARÃES ROSA, João. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979.
- HABERMAS, Jürgen. Modernity — an incompleted project. In: FOSTER, Hal (Org.). **The Anti-aesthetic**. Port Townsend: Bay Press, 1983.
- HARDOY, Jorge Enrique; TOBAR, Carlos (Orgs.). **La Urbanización en América Latina**. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1969.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOKKO, Lesley. Decolonizar a educação em arquitetura, superando capital, raça e gênero com generosidade. **Laje**, n. 1, v. 1, 2022, p. 38-58.

LYNCH, Kevin. **Planificación del Sítio**. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

LYNCH, Kevin. **De qué tiempo es este lugar?** Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno Explicado às Crianças**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: o planejamento urbano no Brasil. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PORTAS, Nuno. **A cidade como arquitetura**. Lisboa/São Paulo: Livros Horizonte, 1969.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, Sanny S. da. **Construtivismo e mudança**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Cidade – anotações da teoria e da prática**. Salvador: FAUFBA, 1974a. Monografia, Concurso Prof. Assistente. Tiragem restrita, mimeografada.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Correlação entre Uso do Solo e Ilhas de Calor no ambiente urbano: o caso de Salvador**. São Paulo: FFCHL-USP. 1974b. Dissertação de Mestrado.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro Lima. **Memorial para Concurso de Professor Titular**. Planejamento Urbano e Regional do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA. Salvador, 2000.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro Lima. **10 necessárias falas: cidade, arquitetura e urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **10 necessárias falas: cidade, arquitetura e urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SAMPAIO, Antônio Heliodorio Lima. Esboço Histórico da configuração Espacial da UFBA. In: NERY, Juliana C.; SUAREZ, Naia Alban (Orgs.). **Tempos, Arquiteturas e Território**. O patrimônio construído em 75 anos da UFBA. Salvador: EDUFBA, 2022, v. 1, p. 50-85.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. **Estudos CEBRAP**, n. 3, 1973.

WELLER, Vivian. Dossiê: A Atualidade do Conceito de Gerações na Pesquisa Sociológica. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200004>.

Recebido em: 16/05/2024

Aceito em: 17/05/2024

DOI: 0.9771/ppgaufba.v14i0.71135

Como citar: SAMPAIO, Antônio Heliodorio Lima. Entre vista & olhares: um pensamento selvagem. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 14, n. 1, p. 90-124, 2025.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL